

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

PRINCÍPIOS, CONCEITOS E INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE PROTEÇÃO.....	27
1. Introdução ao Direito da Criança e do Adolescente.....	27
2. Conceitos.....	29
2.1. Sujeitos de direito	29
2.2. Primeira Infância	30
2.3. Princípios do Direito da Criança e do Adolescente.....	30
2.4. Instrumentos normativos de proteção	32
3. Direitos da Criança e do Adolescente na Constituição Federal de 1988.....	39
4. Direitos da Criança e do Adolescente na legislação infraconstitucional.....	40
4.1. Direitos da Criança e do Adolescente no Estatuto	40
4.2. Outras leis atinentes ao direito da criança e do adolescente	41
5. Doutrina da Proteção Integral.....	41
5.1. Aspectos Gerais.....	41
5.2. Conceito de proteção integral	46
5.3. Evolução da proteção das crianças e adolescentes.....	46
5.4. Princípio da Autonomia Progressiva.....	49
6. Resumo.....	49
7. Questões Comentadas.....	50

CAPÍTULO 2

DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE	55
1. Aspectos Preliminares.....	55
2. Direito à vida e suas dimensões	55
3. Antecipação terapêutica de parto e aborto	56
4. Pesquisas com células-tronco embrionárias.....	57
5. Direito à saúde e sua efetividade.....	58

6. Proteção reflexa do infante: direitos da mulher no período de gestação, no parto e no pós-parto	60
7. Direitos do recém-nascido (exames, aleitamento materno, documentação e vacinação)	62
8. Direito de entrega para adoção (parto anônimo)	66
9. Direitos das Crianças com mães em situação de privação de liberdade	66
10. Direitos da Criança e Adolescentes com Deficiência	67
11. Medicamentos, Próteses e Órteses	67
12. Internação e acompanhante	68
13. Direito à Liberdade	68
14. Apreensão de Adolescentes sem Flagrante por meio da Operação Verão, na cidade do Rio de Janeiro	72
15. Direito de crianças e adolescentes à opinião e participação, reunião, associação, liberdade de expressão e locomoção	73
16. Direito à Participação na Vida Política	74
17. Direito à Participação Processual	74
18. Direito à Liberdade de Locomoção e Autorizações para viagens	75
19. Direito ao Respeito e Direito à Dignidade	75
20. Abuso, violência e exploração sexual	76
21. Lei Menino Bernardo	77
22. <i>Bullying</i>	79
23. Veiculação e Exploração de Imagens de Crianças e Adolescentes	80
24. Publicidade Infantil	80
25. Proteção e direitos das crianças e adolescentes portadores de transtornos mentais (Lei nº 10.216/2001)	81
26. Resumo	81
27. Questões	82

CAPÍTULO 3

DIREITO FUNDAMENTAL À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	91
1. Introdução	91
2. Função Parental e Poder Familiar	92
3. Parentalidade biológica e socioafetiva	93
4. Multiparentalidade	94

5. Capacidade Civil, Emancipação e Casamento de Adolescentes	94
6. Mães adolescentes	95
7. Reconhecimento de filhos	96
8. Alienação Parental	96
9. Famílias no Estatuto: natural, substituta, extensa ou ampliada.....	98
10. A lógica da convivência familiar no Estatuto	99
11. Acolhimento e Apadrinhamento	100
12. Guarda.....	102
13. Tutela.....	104
14. Adoção Nacional.....	105
15. Principais características da adoção.....	108
16. Requisitos para adoção	109
17. Impedimentos.....	110
18. Adoção Internacional	110
19. Resumo.....	113
20. Questões	114

CAPÍTULO 4

DIREITOS FUNDAMENTAIS À EDUCAÇÃO E À PROFISSIONALIZAÇÃO	123
1. Direito à educação	123
2. Educação domiciliar no Brasil	125
3. Direito à cultura, ao esporte e ao lazer.....	126
4. Competência da Vara da Infância e da Juventude	126
5. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	127
6. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	127
7. Medidas de Proteção à Criança e ao Adolescente Contra a Violência nos Estabelecimentos Educacionais ou Similares	127
8. Certidões de Antecedentes Criminais dos Colaboradores	128
9. Trabalho infantil, trabalho infantil doméstico e proteção no trabalho.....	129
10. Idade para o trabalho	131
11. Jornada de trabalho do adolescente	133
12. Prazo prescricional para adolescentes.....	134

13. Possibilidade de recebimento dos salários independentemente de assistência	134
14. Contrato de aprendizagem	135
15. Estágio	137
16. Distinções entre aprendizagem e estágio	138
17. Resumo	138
18. Questões	140

CAPÍTULO 5

NORMAS DE PREVENÇÃO	147
1. Prevenção e Ameaça a Direitos	147
2. Políticas Públicas Voltadas a Coibir o Uso de Castigo Físico e o Tratamento Cruel ou Degradante	147
3. Crianças com Deficiência.....	149
4. Comunicação ao Conselho Tutelar	149
5. Regulação das Diversões e Espetáculos Públicos	150
5.1. Observações Preliminares	150
5.2. Portaria MJSP nº 502/2021	151
5.2.1. Aspectos gerais	151
5.2.2. Faixa indicativa e ingresso aos cinemas e espetáculos públicos	152
6. Venda ou Aluguel de Fitas de Programação em Vídeo	152
7. Revistas e Publicações.....	153
8. Estabelecimentos com Exploração Comercial de Bilhar	153
9. Proibição de venda à criança ou ao adolescente.....	154
10. Hospedagem de criança e adolescente.....	155
11. Autorização para Viajar	155
12. Resumo.....	156
13. Questões	157

CAPÍTULO 6

POLÍTICA E ENTIDADES DE ATENDIMENTO.....	161
1. Estrutura do Estatuto da Criança e do Adolescente	161
2. O Direito à Assistência Social.....	161
3. Tipificação dos Serviços Assistenciais.....	163

4.	A Política de Atendimento	164
4.1.	Articulação.....	164
4.2.	Linhas de Ação.....	164
4.3.	Diretrizes da Política de Atendimento	164
5.	Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.....	168
5.1.	Diretriz da Política de Atendimento.....	168
5.2.	Natureza do conselho: órgão deliberativo	168
5.3.	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	168
5.4.	Implementação dos Planos de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente	170
6.	O Fundo dos Conselhos de Direitos.....	170
7.	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.....	171
7.1.	Política de Atendimento.....	171
7.2.	A Resolução nº 113 (retificada pela Resolução n. 117).....	171
7.3.	Eixos estratégicos de ação.....	172
8.	Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes no Atendimento realizado por Órgãos e Entidades do Sistema de Garantia de Direitos	173
9.	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência	174
9.1.	Lei nº 13.431/2017 e Decreto nº 9.603/2018	174
9.2.	Público-alvo.....	174
9.3.	Classificação da Violência	174
9.4.	Escuta especializada e o depoimento especial.....	175
10.	Violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente – Lei Menino Henry Borel	176
10.1.	Aspectos iniciais.....	176
10.2.	Afastamento do lar do agressor.....	178
10.3.	Medidas Protetivas de Urgência	178
10.4.	Atribuições do Conselho Tutelar	179
10.5.	Crimes.....	180
11.	Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.	180
11.1.	Considerações Iniciais.....	180

11.2	O que é o Abuso e a Exploração Sexual de Criança e do Adolescente?	181
11.3	Objetivos	182
12.	Atendimento à Criança e ao Adolescente com Deficiência.....	183
12.1.	Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	183
12.2.	A Pessoa com Deficiência e a Constituição de Família.....	183
12.3.	Adoção de Pessoa com Deficiência	183
12.4.	Resolução Conjunta nº 1, de 24.10.2018, do CONANDA e do CONADE.....	184
13.	Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.....	186
13.1.	Finalidade	186
13.2.	Solicitantes da inclusão no Programa	187
13.3.	Duração da Proteção	187
13.4.	Desligamento da Proteção.....	187
14.	Entidades de Atendimento	188
14.1.	Conceito e Espécies.....	188
14.2.	Fiscalização das Entidades	189
14.3.	Inscrição dos Programas	189
14.4.	Registro das entidades não governamentais	191
14.5.	Registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional	192
14.6.	Princípios regedores das Entidades de Acolhimento Familiar ou Institucional	193
14.7.	Acolhimento Excepcional de Criança e Adolescente sem Prévia Ordem Judicial	194
14.8.	Deveres das Entidades que desenvolvem programas de Internação	194
15.	Resumo.....	195
16.	Questões	196

CAPÍTULO 7

MEDIDAS DE PROTEÇÃO E MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS OU RESPONSÁVEL	205
1. Conceito	205
2. Competência para Aplicabilidade.....	206
3. Procedimento para Aplicação das Medidas de Proteção	207

4.	Princípios Regedores das Medidas Protetivas	207
5.	Medida Protetiva de Acolhimento	207
5.1.	Observações Preliminares	207
5.2.	Medida Protetiva de Acolhimento Familiar	208
5.3.	Medida Protetiva de Acolhimento Institucional	209
5.4.	Prazo máximo de duração e reavaliação	210
6.	Proteção de Vítimas de Violência ou Abuso Sexual.....	210
6.1.	Afastamento do agressor da moradia comum	210
6.2.	Fixação provisória dos alimentos	213
7.	Procedimento para a Inserção em Acolhimento	213
7.1.	Observações Preliminares.....	213
7.2.	Ordem Judicial de Acolhimento.....	214
7.3.	Guia de Acolhimento.....	215
7.4.	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)	215
7.5.	Procedimento de Execução de Medida Protetiva de Acolhimento.....	216
7.6.	Atuação do Ministério Público na Execução da Medida Protetiva de Acolhimento	218
7.7.	Ações decorrentes do acolhimento	219
8.	Regularização do Registro Civil.....	219
9.	Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável.....	221
9.1.	Definição	221
9.2.	Classificação.....	221
9.3.	Atribuição para Aplicação	222
10.	Resumo.....	222
11.	Questões	223

CAPÍTULO 8

CONSELHO TUTELAR	229
1. Conselho Tutelar como Órgão Municipal	229
2. Os Conselheiros Tutelares como Agentes Públicos.....	230
3. A Escolha dos Conselheiros Tutelares	231
4. Afastamento do Convívio Familiar	232

5.	Atribuições dos Conselhos Tutelares	232
5.1.	Observações preliminares	232
5.2.	Rol das Atribuições	233
6.	Resumo	236
7.	Questões	238

CAPÍTULO 9

ATO INFRACIONAL	243	
1.	Conceito de ato infracional	243
2.	Ato Infracional Praticado por Criança	244
3.	Ato Infracional Praticado por Adolescente	245
4.	O filho adolescente de embaixador pode ser beneficiado pela imunidade diplomática e não estar sujeito à ação socioeducativa?	245
5.	Admite-se o deferimento de extradição de adolescente brasileiro, que esteja no Brasil, e que tenha praticado ato ilícito em outro país?	246
6.	Direitos Individuais	247
6.1.	Privação de liberdade	247
6.2.	Apreensão	247
6.3.	Internação Provisória	247
6.4.	Identificação do Adolescente	248
6.5.	Seria Possível o Armazenamento de Dados de Adolescentes em Banco de Perfis Genéticos, Gerenciado por Unidade Oficial de Perícia Criminal?	249
6.6.	A prática do ato infracional como elemento caracterizador de dedicação do agente a atividades criminosas	250
7.	Garantias Processuais	250
7.1.	Garantia Geral	250
7.2.	Garantias Específicas	250
8.	Resumo	252

CAPÍTULO 10

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	253	
1.	Aspectos Gerais	253
1.1.	Medidas Socioeducativas em Espécie	253
1.2.	Conceito	253

1.3.	Aplicabilidade Excepcional do Estatuto aos jovens de 18 a 21 anos	255
1.4.	Juízo de Ponderação para a Aplicação das Medidas Socioeducativas.....	257
1.5.	Cumulação de Medidas Socioeducativas	258
1.6.	Ordem de Gravidade das Medidas Socioeducativas	258
1.7.	Substituição das Medidas Socioeducativas	259
1.8.	Classificação das Medidas Socioeducativas	259
1.9.	Prescrição das Medidas Socioeducativas	260
1.10.	Direitos Individuais do Adolescente Submetido a Medida Socioeducativa.	262
2.	Medida Socioeducativa de Advertência.....	263
2.1.	Definição.....	263
2.2.	Requisito formal	264
2.3.	Execução automática.....	264
3.	Medida Socioeducativa de Obrigação de Reparar o Dano.....	264
3.1.	Definição.....	264
3.2.	Não formação de título executivo para fins de ressarcimento.....	264
3.3.	Gestão da Medida Socioeducativa	265
4.	Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade.....	265
4.1.	Definição.....	265
4.2.	Tempo de Duração	265
4.3.	Gestão da Medida.....	266
4.4.	Execução da Medida Socioeducativa	266
5.	Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida	266
5.1.	Definição.....	266
5.2.	Prazo.....	267
5.3.	Gestão da Medida.....	267
5.4.	Execução da Medida Socioeducativa	268
6.	Medida Socioeducativa de Semiliberdade	268
6.1.	Definição.....	268
6.2.	Prazo.....	268
6.3.	Justificativa de imposição da semiliberdade	268
6.4.	Gestão da Medida.....	269

6.5.	Atividades Externas.....	269
6.6.	Princípio da Incompletude Institucional	270
6.7.	Execução da Medida Socioeducativa	270
7.	Medida Socioeducativa de Internação.....	270
7.1.	Definição.....	270
7.2.	Modalidades	270
7.3.	Internação sem prazo determinado.....	270
7.4.	Internação-sanção ou com prazo determinado	272
7.5.	Direitos às visitas e às visitas íntimas	273
7.6.	Gestão da Medida.....	273
7.7.	Atividades Externas.....	273
7.8.	Liberação compulsória	274
8.	Medidas Socioeducativas Impróprias	274
9.	Execução das Medidas Socioeducativas.....	274
9.1.	Obrigatoriedade da Instauração da Execução	274
9.2.	Princípios que Regem a Execução	275
9.3.	Intervenção da Defesa e do Ministério Público.....	275
9.4.	Princípio da Individualidade	276
9.5.	Guia de Execução de Medida Socioeducativa	276
9.6.	Plano Individual de Atendimento	278
9.7.	Reavaliação das Medidas Socioeducativas.....	279
9.8.	Unificação de Medidas Socioeducativas.....	282
9.9.	Extinção das Medidas Socioeducativas	283
10.	Resumo.....	284
11.	Questões	286

CAPÍTULO 11

ACESSO À JUSTIÇA.....	295
1. O Princípio do Acesso à Justiça	295
2. A Justiça Restaurativa.....	296
3. O Acesso à Justiça e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – <i>Regras de Beijing</i>	297

4. Garantia de Acesso à Justiça no Estatuto	298
5. Assistência Judiciária Gratuita	299
6. Representação e Assistência como forma de integração da capacidade processual.	299
7. Atos Socialmente Típicos Praticados por Crianças	301
8. Os incapazes podem responder civilmente por danos causados?.....	301
9. Vedação de divulgação de atos relativos a crianças e adolescentes acusados da prática de ato infracional	301
10. A Competência para as ações relacionadas à infância e à juventude.....	302
10.1. A competência da Justiça do Trabalho	302
10.2. A competência da Justiça Federal	303
10.3. Competência da Vara da Infância e da Juventude	303
10.3.1. Primeira Vara de Menores do Brasil	303
10.3.2. Criação das Varas da Infância e da Juventude no Âmbito Estadual.....	305
10.3.3. Competência Exclusiva.....	305
10.3.4. Competência Concorrente	308
10.4. Portarias e Alvarás	309
10.4.1. Observações prévias.....	309
10.4.2. As Portarias	310
10.4.3. Alvarás.....	310
10.5. Competência Territorial	311
10.5.1. Princípio do juízo imediato	311
10.5.2. A determinação da competência	312
11. Dos Serviços Auxiliares.....	313
12. Resumo.....	314
13. Questões	315

CAPÍTULO 12

PROCEDIMENTOS PROCESSUAIS	321
1. Procedimentos Processuais Típicos e Atípicos	321
2. Aplicação Subsidiária da Legislação Processual Pertinente.....	322
3. Aplicabilidade das Normas Fundamentais do Direito Processual Civil aos Procedimentos do Estatuto	323
3.1. Fundamento Constitucional das Normas Fundamentais do Direito Processual Civil	323

3.2.	As Espécies de Normas Fundamentais: princípios e regras jurídicas.....	324
3.3.	Princípio da Prioridade Absoluta e a Tramitação dos Procedimentos	325
3.4.	Princípio da publicidade dos atos processuais.....	326
3.5.	Princípio da Fundamentação Analítica.....	327
4.	Regra Específica para a Contagem de Prazos	329
5.	Destino das multas aplicadas nos procedimentos.....	329
6.	Intervenção de Terceiros.....	331
7.	Procedimento de Perda e da Suspensão do Poder Familiar	332
7.1.	Hipóteses de Perda e Suspensão do Poder Familiar	332
7.2.	Competência	334
7.3.	Legitimidade para a propositura da ação	335
7.4.	Requisitos da petição inicial	336
7.5.	Tutela Provisória de Urgência.....	336
7.6.	Estudo Social e Perícia	336
7.7.	Intervenção de outros órgãos.....	337
7.8.	Citação e prazo para resposta	338
7.9.	Resposta do requerido.....	339
7.10.	Oitiva da criança e do adolescente.....	340
7.11.	Sentença	340
8.	Procedimento de Destituição de Tutela	340
8.1.	A Destituição da Tutela.....	340
8.2.	Procedimento para Remoção de Tutor	340
8.3.	Tutela Provisória	341
8.4.	Prestação de Contas	341
9.	Procedimento de Colocação em Família Substituta	341
9.1.	Modalidades de família substituta	341
9.2.	Competência da Vara da Infância e da Juventude.....	343
9.3.	Petição Inicial	343
9.4.	Caso de dispensa da intervenção de advogado	344
9.5.	Concordância dos genitores	344
9.6.	Estudo social ou perícia.....	344

9.7. Cumulação de pedidos.....	344
10. Procedimento de Apuração do Ato Infracional	345
10.1. Ação Socioeducativa.....	345
10.2. Excepcionalidade do Procedimento e a Justiça Restaurativa.....	345
10.3. Sistema de Nulidades Processuais	348
10.4. Apreensão do adolescente.....	349
10.5. Providências pela autoridade policial	350
10.6. Liberação do adolescente.....	350
10.7. Encaminhamento ao Ministério Público	350
10.8. Oitiva informal pelo Ministério Público.....	351
10.9. Arquivamento	351
10.10. Remissão.....	352
10.11. Representação	354
10.12. Despacho Inicial	355
10.13. Internação provisória	356
10.14. Audiência de instrução e oitiva do adolescente	357
10.14.1. Observação prévia relevante – o momento da oitiva do adolescente...	357
10.14.2. A oitiva do adolescente infrator	357
10.14.3. Audiência de instrução	359
10.14.4. Defesa Técnica por Advogado	359
10.14.5. Sentença.....	360
10.15. Intimação do Adolescente	361
11. Procedimento de Infiltração de Agentes de Polícia para a Investigação de Crimes contra a Dignidade Sexual de Criança e de Adolescente	361
11.1. Competência	361
11.2. Controle judicial.....	361
12. Procedimento de Apuração de Irregularidades em Entidade de Atendimento	362
12.1. Entidades de Atendimento.....	362
12.2. Iniciativa.....	362
12.3. Tutela provisória	362
12.4. Citação e resposta	362
12.5. Remoção das irregularidades	363

12.6. Sentença	363
13. Do Procedimento de Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança e ao Adolescente	363
13.1. Infrações Administrativas	363
13.2. Competência	363
13.3. Iniciativa	363
13.4. Citação e Resposta	364
13.5. Produção de provas	364
13.6. Sentença	364
14. Do Procedimento de Habilitação de Pretendentes à Adoção	364
14.1. Inscrição de Pretendente à Adoção	364
14.2. Competência	365
14.3. Iniciativa	365
14.4. Habilitação	368
14.5. Exclusão dos cadastros de adoção	368
14.6. Prazo máximo de conclusão do procedimento	368
14.7. Da inscrição no “cadastro” à conclusão da adoção	368
14.8. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento	370
14.9. Conhecimento da origem biológica	371
15. Resumo	371
16. Questões	373

CAPÍTULO 13

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	387
1. Os Recursos no Estatuto da Criança e do Adolescente	387
2. Adaptações previstas no art. 198	390
2.1. Linhas gerais	390
2.2. Isenção do Preparo Recursal	390
2.3. Prazos	391
2.4. Juízo de Retratação na Apelação e no Agravo de Instrumento	391
2.5. Preferência de julgamento e dispensa de revisor	392
2.6. Efeitos da Apelação	392

2.7. Complementação do Número de Julgadores	394
2.8. O Recurso Especial e a Relevância da Questão de Direito Federal Infraconstitucional	394
2.8.1. Alteração Promovida pela EC 125/2022.....	394
2.8.2. Será exigida a comprovação da relevância da questão federal em matéria de infância e juventude?	395
3. Resumo.....	395
4. Questões	396

CAPÍTULO 14

ADVOCACIA, DEFENSORIA PÚBLICA E MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Advocacia.....	401
2. Defensoria Pública	401
3. Ministério Público	402
3.1. Rol Exemplificativo das Atribuições	402
3.2. Intervenção do Ministério Público	404
3.3. Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral da Criança e do Adolescente	404
3.4. Inspeção em Entidades de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto	405
4. Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos	406
4.1. Hipóteses de Ações Cíveis Públicas	406
4.2. Competência	407
4.3. Legitimidade.....	408
4.4. Termo de Ajustamento de Conduta	409
4.5. Reversão dos valores ao Fundo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	409
4.6. Inquérito Civil.....	409
5. Mandado de Segurança	410
6. Resumo.....	413
7. Questões	414

CAPÍTULO 15

CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Sistema de Responsabilização	417
---------------------------------------	-----

2. Dos Crimes.....	417
2.1. Sujeito Passivo dos Crimes Tipificados no Estatuto.....	417
2.2. Ação Penal Pública Incondicionada.....	418
2.3. Competência para o Julgamento.....	420
2.4. Acordo de Não Persecução Penal.....	420
2.5. Efeitos da Sentença Penal Condenatória: particularidades do Estatuto.....	422
2.6. Objeto jurídico dos delitos.....	426
2.7. Crimes Hediondos.....	426
2.8. Tipos Penais em Espécie.....	427
3. Infrações Administrativas.....	438
3.1. Conceito.....	438
3.2. Prescrição.....	439
3.3. Sanção.....	439
3.4. Infrações Administrativas em Espécie.....	440
4. Resumo.....	448
5. Questões.....	449
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	457